

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.586.578 - RJ (2019/0280428-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE  
**ADVOGADO** : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO E OUTRO(S) - RJ081852  
**AGRAVADO** : CONDOMINIO DOS EDIFICIOS PALMA E AGUILAS RESIDENCE SERVICE  
**ADVOGADOS** : WILIAM TEODORO DA SILVA FILHO E OUTRO(S) - RJ095879  
THALES VARADY BAETA - RJ207099

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONCESSIONÁRIA DE ÁGUA E ESGOTO. COBRANÇA DE TARIFA POR ESTIMATIVA. DIREITO PÚBLICO. ART. 9º, § 1º, INCISO VIII, DO RISTJ. MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO. ENVIO DOS AUTOS PARA REDISTRIBUIÇÃO.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo interposto pela COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE contra decisão que inadmitiu recurso especial (e-STJ, fls. 538-541) proposto para impugnar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (e-STJ, fl. 431):

APELAÇÃO CÍVEL. DEMANDA DECLARATÓRIA E DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TARIFA DE ESGOTO. SERVIÇO NÃO PRESTADO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DE AMBAS AS PARTES.

- Preliminar de cerceamento de defesa rechaçada, pois a perícia é minuciosa e conclusiva a respeito de todos os pontos suscitados pelas partes.

- Laudo pericial que demonstra categoricamente que a ré não participa de nenhuma das etapas de manejo do esgoto sanitário do condomínio autor, cujo saneamento é integralmente custeado às expensas do próprio.

- Malgrado a cobrança seja indevida, a restituição deve ser efetuada na forma simples, tendo em vista que a matéria em discussão foi alvo de severo debate jurisprudencial. Art. 42, in fine, do CODECON.

- Manutenção da sentença que se impõe. Precedentes.

RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

Opostos embargos de declaração, o aresto recorrido foi integralizado pela seguinte ementa (e-STJ, fl. 474):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO - PROPÓSITO DE QUE SEJAM REEXAMINADAS AS QUESTÕES JÁ ENFRENTADAS E DECIDIDAS PELO ACÓRDÃO EMBARGADO - REJEIÇÃO DO RECURSO.

I - As hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração são obscuridade, contradição ou omissão, nos termos do art.

1.022 do NCPC, não se prestando tal recurso para o reexame do julgado.

II - Assim, como não se verifica na decisão recorrida nenhum dos defeitos acima mencionados, conclui-se que o inconformismo da parte está claramente relacionado com o resultado adverso do julgamento, o que não enseja acolhimento dos embargos declaratórios.

III - Embargos conhecidos e desprovidos.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alegou, com fulcro na alínea *a* do permissivo constitucional, violação aos arts. 371, 468, II, 473, IV, 480 e 1.022, II, do CPC/2015; 3º da Lei 11.445/2007 e 9º do Decreto 7.217/2010.

Sustentou a existência de omissão no acórdão recorrido, diante da falta de manifestação a respeito da deficiência no exame da documentação acostada aos autos, bem como sobre o acolhimento de laudo pericial incompleto.

Afirmou não ter o Tribunal estadual apreciado as provas juntadas ao processo, as quais atestam a efetiva prestação do serviço de tratamento de esgoto à parte recorrida.

Defendeu ser possível a cobrança integral de tarifa de esgoto quando oferecido parcialmente o serviço.

Apontou a ocorrência de cerceamento de defesa com a consideração das conclusões inseridas em prova pericial incompleta.

Analizada a admissibilidade do recurso excepcional, o Tribunal de origem inadmitiu a insurgência apresentada (e-STJ, fls. 538-541).

Diante de tal fato, foi interposto o presente agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 555-565).

Brevemente relatado, decido.

Segundo o art. 9º, *caput*, do RISTJ, a competência das Seções e das

# *Superior Tribunal de Justiça*

respectivas Turmas do Superior Tribunal de Justiça é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa.

Analisando as informações contidas nos autos, verifica-se que a controvérsia central defendida no agravo em recurso especial gira em torno da legalidade da cobrança de tarifa de esgoto e de água por estimativa.

Todavia, a referida matéria constitui competência da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, conforme o disposto no art. 9º, § 1º, inciso VIII, do Regimento Interno.

Diante do exposto, redistribuam-se os autos a um dos Ministros integrantes das Turmas da Primeira Seção.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator